

GDPar SR
Participações em
Projetos Solares
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas nºs 7.b. e 18 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas atuam no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente no reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;- Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e verificação dos comprovantes de liquidação financeira;- Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária, análise dos comprovantes de aceitação do cliente.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
CRC 1SP223212/O-2

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.821	156.360	21.531	163.160	Fornecedores	16	-	13	2.896	4.108
Contas a receber clientes	10	-	-	347	677	Emprestimos e financiamentos	15	18.438	24.134	18.438	24.134
Receitas a faturar	10	-	-	2.958	-	Obrigações fiscais		1	64	333	372
Adiantamentos a fornecedores		-	40	-	586	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.336	426
Créditos com partes relacionadas	11	-	3	-	3	Partes relacionadas	11	8.000	158.883	10.759	159.361
Impostos a recuperar		1.341	31	1.404	95	Outras contas a pagar		31	-	38	-
Outras contas a receber		-	-	66	201	Passivo de arrendamento	14	-	-	402	571
Total do ativo circulante		3.162	156.434	26.306	164.722	Total do passivo circulante		26.470	183.094	34.202	188.972
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
				-	-	Emprestimos e financiamentos	15	149.185	136.759	149.185	136.759
Investimentos	12	193.273	220.529	-	-	Partes relacionadas	11	-	3	-	23
Imobilizado	13	641	-	191.173	217.975	Outras contas a pagar		-	31	-	111
Ativo de direito de uso	14	-	-	9.494	10.904	Passivo de arrendamento	14	-	-	9.272	10.660
Ativo intangível		26	26	26	26	Provisão para desmobilização	17	-	-	12.893	-
Total do ativo não circulante		193.940	220.555	200.693	228.905	Total do passivo não circulante		149.185	136.793	171.350	147.553
Patrimônio líquido						Patrimônio líquido					
						Capital social	18	26.655	56.795	26.655	56.795
						Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
						Varição de participação em controlada		-	-	-	-
						Reservas de lucros		307	307	307	307
						Prejuízos acumulados		(5.515)	-	(5.515)	-
						Total do patrimônio líquido		21.447	57.102	21.447	57.102
Total do ativo		197.102	376.989	226.999	393.627	Total do passivo e patrimônio líquido		197.102	376.989	226.999	393.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	19	-	-	34.347	5.640
Custo das vendas	20	-	-	(14.171)	(2.581)
Lucro bruto		-	-	20.176	3.059
Despesas gerais e administrativas	21	(392)	(300)	(1.391)	(1.549)
Outras despesas	-	-	515	-	520
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		(392)	215	18.785	2.030
Receitas financeiras	22	4.096	2.198	5.344	2.289
Despesas financeiras	22	(24.423)	(3.289)	(25.623)	(3.349)
Resultado financeiro líquido		(20.327)	(1.091)	(20.279)	(1.060)
Equivalência patrimonial	12	15.204	1.250	-	-
Resultado antes dos impostos		(5.515)	374	(1.494)	970
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	-	-	(4.021)	(596)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(5.515)	374	(5.515)	374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(5.515)	374	(5.515)	374
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(5.515)</u>	<u>374</u>	<u>(5.515)</u>	<u>374</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucro (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
01 de janeiro de 2021		104.169	-	-	(67)	104.102
Aumento de capital	17	112.626	-	-	-	112.626
Redução de capital	17	(160.000)	-	-	-	(160.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	374	374
Destinação do lucro:						
Constituição de Reserva Legal		-	19	-	(19)	-
Transferência para retenção de lucros		-	-	288	(288)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		56.795	19	288	-	57.102
Aumento de capital	17	7.749	-	-	-	7.749
Redução de capital	17	(37.889)	-	-	-	(37.889)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.515)	(5.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		26.655	19	288	(5.515)	21.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(5.515)	374	(5.515)	374
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	12 (15.204)	(1.250)	-	-
Depreciação	13 -	-	7.258	2.017
Depreciação de direito de uso	14 -	-	355	179
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	1.002	159	1.002	159
Juros sobre empréstimos	15 23.421	3.129	23.421	3.129
Juros de arrendamentos	-	-	1.180	593
Imposto de renda e contribuição social	22 -	-	4.021	596
	3.704	2.412	31.722	7.046
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos				
Adiantamentos a fornecedores	40	(39)	586	(585)
Contas a receber clientes	-	-	330	(677)
Receitas a faturar	-	-	(2.958)	-
Impostos a recuperar	(1.311)	(7)	(1.308)	(72)
Créditos com partes relacionadas	3	(3)	3	(3)
Outras contas a receber	-	-	135	(206)
Ativos de arrendamento	-	-	11	227
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos				
Fornecedores	(13)	13	5.988	547
Obrigações fiscais	(62)	64	(39)	246
Partes relacionadas	(143.139)	(1.117)	(140.652)	(639)
Outras contas a pagar	(1)	(1)	(158)	80
Passivos de arrendamentos	-	-	151	867
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(140.779)	1.322	(106.189)	6.830
Juros e principal de arrendamentos pagos	14 -	-	(1.691)	(1.450)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(3.111)	(316)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(140.779)	1.322	(110.991)	5.064
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Investimento em controladas	12 (4.668)	(38.362)	-	-
Dividendos (recebidos)	12 9.241	-	-	-
Acrécimo de imobilizado	13 (641)	-	(12.793)	(38.717)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	3.932	(38.362)	(12.793)	(38.717)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	17 -	35.756	-	36.271
Caixa líquido das empresas recebidas (cindidas) por transferência de quotas	-	-	(152)	2.897
Ingresso de empréstimos e financiamentos, líquido do custo da transação	-	157.605	-	157.605
Pagamento de empréstimos, financiamentos e juros	15 (17.693)	-	(17.693)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(17.693)	193.361	(17.845)	196.774
	(154.540)	156.321	(141.629)	163.121
Aumento de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	156.360	39	163.160	39
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.821	156.360	21.531	163.160
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(154.540)	156.321	(141.629)	163.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (“GDPAR SR” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica.

Em 26 de outubro de 2022 foi alterada a denominação social da Companhia para GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (anteriormente GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.).

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 482/2012 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A GDPAR Solar tem como principais clientes a Origo Energia e Claro S.A., empresas com sólida capacidade de crédito e bem estabelecidas no mercado brasileiro.

Os projetos da GDPAR Solar foram adquiridos através de parceiros com larga experiência de mercado, todos em fase inicial de desenvolvimento. Logo após a aquisição foram contratados Epcistas de primeira linha para construção de Usinas alocadas nas seguintes Usinas SPÉs.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

1.1 Relação das entidades controladas

	% de Participação	
	2022	2021
<i>Controladas diretas:</i>		
UFVs Origo Energia:		
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
% de Participação		
<i>Controladas diretas:</i>		
UFVs Magazine Luiza (a):		
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100

UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100

Controladas Diretas:

	<u>% de Participação</u>	
UFVs Autogeração Solar	2022	2021
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	100	100
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	100	100
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	100	100
Autogeração Solar Alegrete Ltda.	100	100

- a) Participação societária cindida em 30 de abril de 2022 (data base de 31 de março de 2022) para a empresa GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A, conforme AGE datada de 30 de abril de 2022 e explicada na nota explicativa 1.2.

1.2 Reorganização societária do Grupo GDSun

Em 30 de abril de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), os acionistas da GD Geração Distribuída S/A (“GDSun”), detentora de 100% das ações de emissão desta Companhia, deliberaram e aprovaram pela cisão parcial da Companhia no âmbito da Reorganização Societária da GDSun e controladas, do qual o acervo líquido cindido perfaz o total de R\$ 37.889 (trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e nove mil reais).

A cisão parcial e incorporação do acervo líquido cindido refere-se a 100% das participações em oito SPEs, relacionadas logo abaixo, com apuração dos respectivos acervos líquidos na data base de 31 de março de 2022.

O acervo líquido cindido foi incorporado pela GDPAR SN Participações em Projetos Solares S/A (“GDPAR SN”, companhia subsidiária integral da GDSun).

i) Demonstração da posição patrimonial dos investimentos incorporados

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro / (Prejuízo) do período	Patrimônio Líquido com resultado
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	5.969	45	5.953	(29)	5.924
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	4.255	358	3.911	(14)	3.897
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	4.773	275	4.518	(20)	4.498
UFV Rio Grande Do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaica Ltda	5.568	2.324	3.258	(14)	3.244
UFV RN I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	3.966	176	3.804	(14)	3.790
UFV RS I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	6.287	318	5.989	(20)	5.969
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	10.766	4.829	5.964	(27)	5.937
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	4.883	253	4.563	67	4.630
TOTAL DE CISÕES	46.467	8.578	37.960	(71)	37.889

ii) Composição dos principais ativos e passivos cindidos:

Empresas	UFV BA II	UFV PB I	UFV Pernambuco II	UFV Rio Grande do Sul II	UFV RN I	UFV RS I	UFV SC I	UFV SP VI	Total
Imobilizado	5.864	3.992	4.461	5.359	3.804	6.081	10.683	4.657	44.901
Ativo de direito de uso	-	148	233	177	150	190	-	146	1.044
Outros ativos	105	115	79	32	12	16	83	80	522
Total do ativo	5.969	4.255	4.773	5.568	3.966	6.287	10.766	4.883	46.467
Partes relacionadas	45	17	28	16	15	42	40	21	224
Passivo de arrendamento	-	152	244	184	156	199	-	153	1.088
Outros passivos	-	189	3	2124	5	77	4789	79	7266
Patrimônio líquido	5.924	3.897	4.498	3.244	3.790	5.969	5.937	4.630	37.889
Total do passivo e patrimônio líquido	5.969	4.255	4.773	5.568	3.966	6.287	10.766	4.883	46.467

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores em 23 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

4 Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - Determinação se os contratos de arrendamentos se classificam em operacionais ou financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

Controladora – corrente e diferido

A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para determinação destes créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Controladas

O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda

e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

e. Imobilizado

(iii) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(iv) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(v) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- e os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão

antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo dereconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo a dota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

- O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não-financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que o Grupo não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos) ARO (Asset Retirement Obligation)

os custos relacionados aos eventos de desmobilização das Usinas Fotovoltaicas que serão realizados imediatamente antes da devolução dos terrenos arrendados aos proprietários, definidos como eventos de descomissionamento ou desmantelamento, são registrados a valor presente aumentando o valor do ativo em contrapartida a uma obrigação, desde que possam ser estimados de forma razoável.

os ativos são depreciados linearmente ao longo do contrato de arrendamento e os passivos atualizados por taxas de juros futuras.

Ao término do exercício findo em 31/12/2022, a companhia passou a registrar também provisões para desmantelamento das Usinas Fotovoltaicas, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 13 e 16.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo de isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido naquela data. Para todas outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorreram após o início do

período mais antigo apresentado. As operações do Grupo são efetuadas pelas controladas, que adotam como regime o lucro presumido, de forma, que a Administração entende que não há expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- IFRS 17 Contratos de seguro;
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos conta movimento	1	3	194	3.442
Aplicações financeiras	1.820	156.357	21.337	159.718
	1.821	156.360	21.531	163.160

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2022 e 2021, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber clientes (a)	-	-	347	677
Receitas a faturar (b)	-	-	2.958	-
	-	-	3.305	677

- a) Contas a receber de clientes Órigo e Claro;
- b) Receitas a faturar são decorrentes da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs Autogeração Solar (vide nota explicativa 1.1) com a compensação aferida pelas faturas dos clientes

As contas a receber são valores a receber em sua maioria originados das receitas de locações e manutenções. As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após a data de encerramento destas demonstrações financeiras.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de

recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia não apresenta valores vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

11 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos de ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Circulante				
Mútuos				
Autogeração Solar Alegrete	-	2	-	2
Outros	-	1	-	1
Total de Partes relacionadas - Ativo	-	3	-	3
Passivo				
Circulante e Não Circulante				
BRL Solar Equipamentos Ltda (a)	-	-	-	2.541
GD Geração Distrib. Part. S.A.(b)	8.000	158.883	10.759	159.361
Total Circulante	8.000	158.883	10.759	161.902
GD Solar Energia Ltda	-	2	-	22
GD Solar Holding S/A	-	1	-	1
Total Não Circulante	-	3	-	23
Partes Relacionadas – Passivo	8.000	158.886	10.759	161.925

- (a) Fornecedor de equipamentos de usinas fotovoltaicas e ex-acionista da Companhia. A desvinculação societária deste fornecedor ocorreu em 2021;
- (b) Em 2021 o montante de R\$158.883 se refere a redução de capital, por ser excessivo ao objeto social, conforme AGE de 19 de outubro de 2021 e R\$478 de compartilhamento de despesas, conforme contrato. Em 2022, o montante de R\$ 143.335 foi liquidado.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia não é remunerada por esta Companhia, conforme cláusula 6.2 do Estatuto Social. A remuneração da Administração é de responsabilidade da controladora GD Geração Distribuída Participações S.A.

12 Investimentos

a. Composição do saldo

Investidas	% Participação		2022	2021
	2022	2021		
UFVs Origo Energia	100	100	111.867	107.640
UFVs Magazine Luiza	100	100	-	33.422
UFVs Autogeração Solar	100	100	81.406	79.467
Saldo de investimentos			193.273	220.529

b. Movimentação de 2022

Investidas	2021	Aumento de capital / AFAC	Cisão	Dividendos	Equivalência Patrimonial	2022
Autogeração Solar						
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda	30.360	-	-	(2.678)	3.096	30.778
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.762	-	-	(2.023)	2.129	27.868
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.382	-	-	(395)	629	11.616
Autogeração Solar Alegrete Ltda	9.963	52	-	-	1.129	11.144
Total Autogeração Solar	79.467	52	-	(5.096)	6.983	81.406

**GDPar SR Participações em
Projetos Solares S.A.**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022*

UFVs Origo Energia						
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.472	-	-	(207)	770	13.035
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.328	-	-	(477)	929	12.780
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.338	-	-	(85)	399	11.652
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.631	50	-	(115)	542	12.108
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.515	20	-	(105)	131	12.561
UFVSPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.509	10	-	(273)	553	12.799
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.445	-	-	(851)	1.555	12.149
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.918	-	-	(930)	1.606	12.594
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.484	-	-	(1.102)	1.807	12.189
Total UFVs Origo Energia	107.640	80	-	(4.145)	8.292	111.867
UFVs Magazine Luiza						
			(a)		(a)	
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.901	616	(4.497)	-	(20)	-
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.347	607	(5.924)	-	(30)	-
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.489	314	(3.790)	-	(13)	-
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.492	418	(3.896)	-	(14)	-
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	4.413	150	(4.630)	-	67	-
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.122	842	(5.937)	-	(27)	-
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.455	535	(5.970)	-	(20)	-
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	2.203	1.054	(3.243)	-	(14)	-
Total UFVs Magazine Luiza	33.422	4.536	(37.887)	-	(71)	-
Total em Investidas	220.529	4.668	(37.887)	(9.241)	15.204	193.273

(a) Reorganização societária do Grupo GDSun, conforme detalhado na Nota explicativa nº 1.2.

c. Movimentação 2021

Investidas	2020	Aumento de capital	Aumento de capital: Conferência de cotas	Ajuste de Investimentos	Equivalência Patrimonial	2021
Autogeração Solar						
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda (a)	-	-	29.122	-	1.238	30.360
Autogeração Solar São Paulo Ltda (a)	-	-	26.978	-	784	27.762
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda (a)	-	-	10.536	421	425	11.382
Autogeração Solar Alegrete Ltda (a)	-	171	9.719	94	(21)	9.963
Total Autogeração Solar	-	171	76.355	515	2.426	79.467
UFVs Origo Energia						
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.534	3.008	-	-	(70)	12.472
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.246	3.128	-	-	(46)	12.328
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.284	2.096	-	-	(42)	11.338
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.191	2.499	-	-	(59)	11.631
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.533	3.030	-	-	(48)	12.515
UFV SPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.556	3.021	-	-	(68)	12.509
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.139	2.530	-	-	(224)	11.445
UFV MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.216	2.893	-	-	(191)	11.918
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.250	2.455	-	-	(221)	11.484
Total UFVs Origo Energia	83.949	24.660	-	-	(969)	107.640
UFVs Magazine Luiza						
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.574	1.350	-	-	(23)	3.901
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.658	1.719	-	-	(30)	5.347
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	1.632	1.875	-	-	(18)	3.489
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	1.685	1.828	-	-	(21)	3.492
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.408	2.031	-	-	(26)	4.413
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.779	1.372	-	-	(29)	5.122
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.783	2.714	-	-	(42)	5.455
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	1.579	642	-	-	(18)	2.203
Total UFVs Magazine Luiza	20.098	13.531	-	-	(207)	33.422
Total em Investidas	104.047	38.362	76.355	515	1.250	220.529

(a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021 por conferência ao capital social da Companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) nas referidas SPEs.

d. Dados sobre controladas:

	Autogeração Solar Bahia Ltda	
	2022	2021
Ativo total	32.564	31.656
Passivo total	29.468	30.418
Resultado do exercício	3.096	1.238
Patrimônio líquido	30.778	30.360
Participação societária em controladas*	100%	100%

a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.
b) resultado do exercício / período.

	Autogeração Solar São Paulo	
	2022	2021
Ativo total	29.227	28.691
Passivo total	27.098	27.907
Resultado do exercício	2.129	784
Patrimônio líquido	27.868	27.762
Participação societária em controladas*	100%	100%

a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.
b) resultado do exercício / período.

	Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	
	2022	2021
Ativo total	12.427	11.997
Passivo total	11.798	11.761
Resultado do exercício	629	425
Patrimônio líquido	11.616	11.382
Participação societária em controladas*	100%	100%

a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.
b) resultado do exercício / período.

	Autogeração Solar Alegrete Ltda	
	2022	
Ativo total	11.893	
Passivo total	10.764	
Resultado do exercício	1.129	
Patrimônio líquido	11.144	
Participação societária em controladas*	100%	

- a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.
b) resultado do exercício / período.

Ufv MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda		
	2022	2021
Ativo total	14.209	13.508
Passivo total	13.439	13.578
Resultado do exercício	770	(70)
Patrimônio líquido	13.035	12.472
Participação societária em controladas	100%	100%

SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda		
	2022	2021
Ativo total	13.462	12.932
Passivo total	12.533	12.978
Resultado do exercício	929	(46)
Patrimônio líquido	12.780	12.328
Participação societária em controladas	100%	100%

Ufv MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda		
	2022	2021
Ativo total	12.932	12.675
Passivo total	12.533	12.718
Resultado do exercício	399	(42)
Patrimônio líquido	11.652	11.338
Participação societária em controladas	100%	100%

SPE MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda		
	2022	2021
Ativo total	14.149	13.425
Passivo total	13.607	13.484
Resultado do exercício	542	(59)
Patrimônio líquido	12.108	11.631
Participação societária em controladas	100%	100%

**Ufv MG XIX Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda**

	2022	2021
Ativo total	14.108	14.137
Passivo total	13.977	14.184
Resultado do exercício	131	(48)
Patrimônio líquido	12.561	12.515
Participação societária em controladas	100%	100%

**SPE MG XV Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda**

	2022	2021
Ativo total	14.163	13.747
Passivo total	13.610	13.815
Resultado do exercício	553	(68)
Patrimônio líquido	12.799	12.509
Participação societária em controladas	100%	100%

**Ufv MG XVI Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda**

	2022	2021
Ativo total	13.408	12.539
Passivo total	11.853	12.763
Resultado do exercício	1.555	(224)
Patrimônio líquido	12.149	11.445
Participação societária em controladas	100%	100%

**SPE MG XVII Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda**

	2022	2021
Ativo total	14.207	13.418
Passivo total	12.601	13.609
Resultado do exercício	1.606	(191)
Patrimônio líquido	12.594	11.918
Participação societária em controladas	100%	100%

**Ufv MG XX Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda**

	2022	2021
Ativo total	13.548	12.679
Passivo total	11.741	12.901
Resultado do exercício	1.807	(221)
Patrimônio líquido	12.189	11.484
Participação societária em controladas	100%	100%

	Ufv.PE II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	
	2022	2021
Ativo total	-	4.164
Passivo total	-	4.187
Resultado do exercício	-	(23)
Patrimônio líquido	-	3.901
Participação societária em controladas	0%	100%

	Ufv.BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	
	2022	2021
Ativo total	-	5.369
Passivo total	-	5.399
Resultado do exercício	-	(30)
Patrimônio líquido	-	5.346
Participação societária em controladas	0%	100%

	UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	
	2022	2021
Ativo total	-	3.785
Passivo total	-	3.803
Resultado do exercício	-	(18)
Patrimônio líquido	-	3.489
Participação societária em controladas	0%	100%

	Ufv.PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	
	2022	2021
Ativo total	-	3.990
Passivo total	-	4.011
Resultado do exercício	-	(21)
Patrimônio líquido	0%	3.493
Participação societária em controladas	-	100%

	UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	
	2022	2021
Ativo total	-	4.642
Passivo total	-	4.669
Resultado do exercício	-	(26)
Patrimônio líquido	-	4.413
Participação societária em controladas	0%	100%

**UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos
Ltda.**

	2022	2021
Ativo total	-	5.167
Passivo total	-	5.196
Resultado do exercício	-	(29)
Patrimônio líquido	-	5.122
Participação societária em controladas	0%	100%

**UFV RS I Locação de Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda.**

	2022	2021
Ativo total	-	5.860
Passivo total	-	5.901
Resultado do exercício	-	(42)
Patrimônio líquido	-	5.454
Participação societária em controladas	0%	100%

**UFV .RS II Locação de Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda.**

	2022	2021
Ativo total	-	2.397
Passivo total	-	2.414
Resultado do exercício	-	(18)
Patrimônio líquido	-	2.204
Participação societária em controladas	0%	100%

13 Imobilizado

i) Composição da conta

Consolidado						
2022						
	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido	
Adiantamento inversões fixas (a)	-	-	4.821	-	4.821	
Montagem e instalações (b)	-	-	641	-	641	
Total do imobilizado em andamento			5.462	-	5.462	
<u>Ativos objetos de arrendamentos:</u>						
Usinas Fotovoltaicas – Órigo	4	25	68.293	(4.046)	64.247	
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	117.201	(8.630)	108.571	
Total de ativos para arrendamento operacional			185.494	(12.676)	172.818	
<u>Provisão para Desmantelamento</u>						
Provisão para Desmantelamento	3,5	27	12.893	-	12.893	
Total			203.849	(12.676)	191.173	

- (a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaica;
- (b) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2023.

ii) Movimentação de 2022

Consolidado							
2021				2022			
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Cisão (a)	Saldo Final
Custo							
Adiantamento inversões fixas	-	26.007	8.636	-	(10.329)	(19.493)	4.821
Imobilizado em andamento	-	22.105	3.383	-	(7.191)	(17.656)	641

**GDPAR SR Participações em
Projetos Solares S.A.**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022*

Outros custos de implantação	-	3.754	759	-	(1.167)	(3.346)	-
Total de outros ativos		51.866	12.778	-	(18.687)	(40.495)	5.462
<u>Ativos objetos de arrendamentos:</u>							
Usina Fotovoltaica - OLB e B JL	4	29.839	15	-	202	-	30.056
Usina Fotovoltaica - Canas e Pres. Alves	4	27.383	-	-	166	-	27.549
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	10.632	-	-	56	-	10.688
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	11.070	-	-	20	-	11.090
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	12.161	-	(153)	45	-	12.053
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	10.491	-	-	1.658	-	12.149
Usina Fotovoltaica Iraí 1	4	11.703	-	-	67	-	11.770
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	11.626	-	-	64	-	11.690
Usina Fotovoltaica Frutal	4	10.684	-	-	1.570	-	12.254
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	11.774	-	(145)	20	-	11.649
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	11.958	-	-	20	-	11.978
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	12.219	-	(31)	19	-	12.207
Usina Fotovoltaica Autogeração Alegrete	4	-	-	-	10.361	-	10.361
Usina Fotovoltaica Taubaté	4	-	-	-	4.419	(4.419)	-
Total de ativos para arrendamento operacional		171.540	15	(329)	18.687	(4.419)	185.494
<u>Provisão para Descomissionamento</u>							
Provisão para desmantelamento	3,5	-	12.893	-	-	-	12.893
<u>Depreciação</u>							
Usinas Fotovoltaicas	4	(5.431)	(7.258)	-	-	13	(12.676)
Total do ativo imobilizado		217.975	18.428	(329)	-	(44.901)	191.173

- a) Transferência por Cisão dos ativos de 8 SPEs do pacote Magalu, vide nota explicativa 1.2, com parcela cindida para a Subholding GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A aportados pela GD Geração Distribuída Participações S.A por conferência das cotas das SPEs ao capital social.

- (b) Em 2022 a Companhia registrou custo estimado de desmantelamento no montante de R\$ 12.893 e será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

(ii) Movimentação de 2021

	Consolidado					
	2020	2021				
	<u>Taxa de depreciação % aa</u>	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Adição (conferência de cotas) (a)</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo Final</u>
Custo						
Adiantamento inversões fixas	-	51.420	5.102	1.409	(31.924)	26.007
Imobilizado em andamento	-	48.408	27.594	8.976	(62.873)	22.105
Outros custos de implantação	-	7.744	5.957	15	(9.962)	3.754
Total de outros ativos		107.572	38.653	10.400	(104.759)	51.866
<u>Ativos objetos de arrendamentos:</u>						
Usina Fotovoltaica - OLB e BJL	4	-	11	29.193	635	29.839
Usina Fotovoltaica - Canas e Pres. Alves	4	-	-	27.378	5	27.383
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	-	-	10.146	486	10.632
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	-	-	-	11.070	11.070
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	-	-	-	12.161	12.161
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	-	-	-	10.491	10.491
Usina Fotovoltaica Iraí 1	4	-	-	-	11.703	11.703
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	-	-	-	11.626	11.626
Usina Fotovoltaica Frutal	4	-	53	-	10.631	10.684
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	-	-	-	11.774	11.774
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	-	-	-	11.958	11.958
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	-	-	-	12.219	12.219
Total de ativos para arrendamento operacional		-	64	66.717	104.759	171.540
Depreciação						

**GDPar SR Participações em
Projetos Solares S.A.**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022*

Usinas Fotovoltaicas	4	-	(2.017)	(3.414)	-	(5.431)
Total do ativo imobilizado	-	107.572	36.700	73.703	-	217.975

- a) Decorrente de aumento de capital da Companhia com conferência de cotas das SPE: Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda, Autogeração Solar São Paulo Ltda, Autogeração Minas Gerais Ltda e Autogeração Solar Alegrete Ltda.

14 Arrendamentos

a. Arrendamentos como arrendatário

O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

(i) Ativos de Direito de Uso

	Consolidado	
	2022	2021
Direito de Uso de Superfície (a)	10.285	11.366
(-) Depreciação Acumulada	(791)	(462)
Total Direito de Uso	9.494	10.904

Movimentação de 2022

Descrição	2021	2022		
		Adições	Cisão (i)	Saldo Final
Direito de Uso de Superfície	11.366	-	(1.081)	10.285
(-) Depreciação Acumulada	(462)	(366)	37	(791)
Total de Direito de Uso	10.904	(366)	1.044	9.494

i) Vide nota explicativa 1.2

(ii) Passivos de Arrendamento

Descrição	2021	2022				
		Cisão	Remensurações /Baixas / Estorno	Juros (a)	Pagamentos	Saldo Final
Direito de Uso de Superfície	11.231	(1.088)	5	1.217	(1.691)	9.674
Total de Arrendamentos	11.231	(1.088)	5	1.217	(1.691)	9.674

- a) Parte dos juros e depreciações foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais. R\$11 de depreciação e R\$ 151 de juros.

Movimentação de 2021

Descrição	Consolidado						
	2020	2021					
		Adições	Adições (conferência de Cotas)	Remensurações /Baixas	Juros (b)	Pagamentos	Saldo Final
Direito de Uso de Superfície	13.888	384	2.155	(5.206)	1.460	(1.450)	11.231
Total de Arrendamentos	13.888	384	2.155	(5.206)	1.460	(1.450)	11.231

- a) Parte dos juros e depreciações foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais. R\$ 227 de depreciação e R\$ 868 de juros.

b. Arrendamentos como arrendador

(i) Arrendamento Operacional

O Grupo arrenda suas Usinas fotovoltaicas para os clientes alinhados com a Resolução nº 482/2012 da ANEEL. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos.

15 Empréstimos e financiamentos

		Consolidado	
Instituição:	Instituição	2022	2021
Notas promissórias comerciais (a)	Itau bba	167.623	160.893
Total		167.623	160.893
Circulante		18.438	24.134
Não Circulante		149.185	136.759

Correspondem a 20 notas promissórias, sem cláusulas restritivas financeiras (covenants), com valor de R\$ 8.000 cada, emitidas em 22 de outubro de 2021 e com vencimento a partir de 22 de abril de 2022 até 22 abril de 2024. As operações estão sujeitas a juros de 2,43% ao ano com periodicidade de pagamento semestral, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As notas promissórias possuem como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da subholding emissora (GDpar GDSolar Participações S.A) e das SPEs ligadas (UFVs ORIGO Energia e UFVs Solargrid Pacote I e II ligadas a Gdpar Gdsolar, vide nota explicativa 1.1), conforme cártulas das notas promissórias.

i) Movimentações de 2022 no saldo dos empréstimos e financiamentos

Tipo	2021	2022			Saldo Final
		Amortização custos de transação	Juros	Pagamentos	
Notas Promissórias	160.893	1.001	23.421	(17.692)	167.623
Total	160.893	1.001	23.421	(17.692)	167.623
Circulante	24.134				18.438
Não Circulante	136.759				149.185

ii) Movimentações de 2021 no saldo dos empréstimos e financiamentos

		Consolidado			
Tipo	2020	2021			Saldo Final
		Contratação	Custos de transação	Juros	
Notas Promissórias	-	160.000	(2.236)	3.129	-
Total	-	160.000	(2.236)	3.129	-
Circulante					24.134
Não Circulante					136.759

ii) Vencimento dos empréstimos e financiamentos:

Período	Consolidado	
	2022	2021
2022	-	24.134
2023	18.438	8.045
2024	149.185	128.714
Total	167.623	160.893

15.1 Aval da Companhia para emissão de dívida pela GDPAR SN

Em 17 de agosto de 2022, a GDPAR SN Participações em Projetos Solares S/A (“Emissora”) realizou a emissão de R\$ 325.000 em debêntures de série única e não conversíveis em ações, com o vencimento do principal (bullet) em 26 de fevereiro de 2025. As debêntures são indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais juros de 2,35% ao ano, sendo os juros pagos semestralmente, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano.

As debêntures possuem como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora e das suas controladas e aval de fiança da Companhia, com garantia total de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora no âmbito da emissão de debêntures. O aval de fiança prestado à Emissora foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária por unanimidade em 17 de agosto de 2022.

16 Provisão para desmantelamento

Para as controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmantelamento dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmantelamento do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisão de desmantelamento totaliza R\$12.893.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 26.655 (R\$ 56.795 em 2021), representado por 242.786.866 ações ordinárias e preferencias, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2022	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	%	R\$
Acionistas				
GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	100	26.655
	242.786.866	-	100	26.655

i) Movimentação Ações Ordinárias

Acionistas	2021	Emissões	Conversão	(Cessão)	2022
	Ações ordinárias	Ações ordinárias	ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações ordinárias
GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	-	-	242.786.866
	242.786.866	-	-	-	242.786.866

Em 30 de setembro de 2021 a sócia GD Geração Distribuída Participações S.A aumentou o capital social no montante de R\$ 108.917, mediante a emissão de 108.917.478 de novas ações ordinárias nominativas, integralizados da seguinte forma: (a) 32.562 em moeda corrente, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital e (b) 76.355 mediante a conferência ao capital social de 100% das cotas das SPEs: Autogeração Solar Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Alegrete, passando o capital social de R\$ 104.169 para R\$ 213.086.

Em 19 de outubro de 2021 a Companhia aprovou a redução do capital social em R\$ 160.000, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, permanecendo inalterada a quantidade de ações, passando o capital social de R\$ 213.086 para R\$ 53.086.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.709, mediante a emissão de 3.708.753 de novas ações ordinárias nominativas, integralizados em moeda nacional, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital, passando o capital de R\$ 53.086 para R\$ 56.795; também foi aprovado a conversão das 100.000 ações presenciais em ações ordinárias.

Em 30 de abril de 2022 a Companhia aprovou a redução do capital social em R\$ 37.889, mediante a cisão parcial dos seus investimentos para a empresa GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A., correspondente a participação societária das Empresas UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV RS I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV Rio Grande Do Sul II Locação De Equipamentos Fotovolta, UFV RN I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV BA II

Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV PB I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. Permanecendo inalterada a quantidade de ações, passando o capital social de R\$ 56.795 para R\$ 18.906;

Em 09 de setembro de 2022 foi aprovado conforme AGE a alteração da denominação social da Companhia para GDPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. (anteriormente GDPAR GD Solar Participações em Projetos Solares S.A.).

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.749, mediante capitalização de créditos oriundos de transações entre partes relacionadas detidos pela única acionista da Companhia, devidamente contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia. O aumento de capital aprovado é realizado sem a emissão de novas ações, tendo em vista que as ações da Companhia não possuem valor nominal, passando o capital de R\$ 18.906 para R\$ 26.655

(iii) Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iv) Destinação de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 0,001%. Durante os exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas. Por consequência, o saldo remanescente de lucro em 2021 foi destinado a reserva de retenção de lucros e em 2022 a Companhia obteve prejuízo.

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita operacional bruta		
Receita de serviços prestados	35.770	5.896
Subtotal Receita operacional bruta	35.770	5.896
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(1.423)	(256)
Receita operacional líquida	34.347	5.640

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	Consolidado	
	2022	2021
Receita de Serviços Prestados		
Receita de locações	32.370	4.632
Receita de operação e manutenção	3.400	1.264
Total receita serviços prestados	35.770	5.896

19 Custos das vendas

	Consolidado	
	2022	2021
Depreciação das usinas	(7.258)	(2.017)
Depreciação de direito de uso	(355)	(111)
Manutenção	(3.232)	-
Compartilhamento (Salários e encargos – Times: O&M, GDE e SSMA)	(1.765)	-
Compartilhamento (Outros custos– Times: O&M, GDE e SSMA)	(624)	-
Outros custos -seguros e outros	(937)	(76)
Total	(14.171)	(2.581)

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços tomados	(182)	(156)	(673)	(682)
Despesas com pessoal compartilhadas	-	-	(81)	(352)
Outras despesas gerais e administrativas	(17)	(39)	(397)	(389)
Despesas tributárias	(193)	(105)	(240)	(126)
	(392)	(300)	(1.391)	(1.549)

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras	4.093	2.198	5.330	2.288

Rendimentos de aplicações financeiras

	3	-	14	1
Outras receitas	4.096	2.198	5.344	2.289
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros de empréstimos e financiamentos (a)	(23.420)	(3.129)	(23.420)	(3.129)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.180)	(377)
Amortização dos custos dos empréstimos (a)	(1.002)	(159)	(1.002)	(159)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(15)	(14)
Outras despesas	-	-	(6)	(47)
	(24.423)	(3.289)	(25.623)	(3.7726)
Total	(20.327)	(1.091)	(20.279)	(1.437)

a) Decorrente das 20 notas promissórias emitidas em outubro de 2021 (vide nota explicativa 15).

22 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro presumido

	Consolidado	
	2022	2021
Receita com prestação de serviços	35.770	5.896
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo após presunção	11.446	1.887
Receita financeira	14	72
Base de Cálculo	11.460	1.959
IRPJ - 15%	1.717	294
Adicional IRPJ - 10%	1.274	126
CSLL - 9%	1.030	176
Total de IRPJ e CSL	4.021	596

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estão enquadradas no regime de tributação do lucro presumido. Consideramos nesta apuração somente as empresas com regime de tributação do lucro presumido.

23 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos – Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2022	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa		21.531		
Fornecedores		-	2.896	-
Empréstimos e financiamentos		-	167.623	
Passivo de arrendamento		-	9.674	9.674
Partes relacionadas			10.759	-

Em 31 de dezembro de 2021	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	-	163.160	-	-
Fornecedores	-	-	4.108	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	160.893	
Passivo de arrendamento	-	-	11.231	11.231
Partes relacionadas	-	-	159.384	-

Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis.

a. *Gerenciamento dos riscos financeiros*

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. As empresas que compõem o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” foi de R\$ 21.531 (2021: R\$ 163.160). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 15)	2.896	2.896	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	167.623	18.438	149.185	-
Partes relacionadas (Nota 10)	10.759	10.759	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 13)	9.674	402	560	8.712
Total	190.952	32.495	149.745	8.712

Em 31 de dezembro de 2021	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 15)	4.108	4.108	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	160.893	24.134	8.045	128.714
Partes relacionadas (Nota 10)	159.384	159.361	23	-
Passivo de arrendamento (Nota 13)	11.231	1.294	1.347	27.981
Total	335.616	188.897	9.415	156.695

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

O Grupo não operou em 2022 e 2021 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o grupo busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2022	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo						
Aplicações Financeiras	CDI	13,65%	12,29%	10,24%	15,02%	17,06%
Exposição líquida do balanço patrimonial		21.531	24.176	23.735	18.298	17.857
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	CDI	13,65%	12,29%	10,24%	15,02%	17,06%
Arrendamentos	IPCA	5,79%	5,21%	4,34%	6,37%	7,24%
Exposição líquida do balanço patrimonial		(177.296)	(209.451)	(203.934)	(141.079)	(136.402)

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário C considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

Taxa de fechamento na data

2022	2021
5,79%	10,06%

24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aumento de capital com conferência de cotas de SPEs (nota 16)	-	76.355	-	-
Adição de ativo imobilizado – Decorrente de conferência de cotas de SPEs (nota 13)	-	-	-	73.703
Redução de capital da Companhia (nota 17)	(37.889)	(160.000)	(37.889)	(160.000)
Aumento de capital com créditos (nota 17)	7.749	-	7.749	-
Adições – Conferência de cotas -IFRS 16 – Direito de Uso(nota 14)	-	-	-	1.953
Adições – Conferência de cotas -IFRS 16 – Passivo de Arrendamento (nota 14)	-	-	-	(2.155)
Remensurações - IFRS 16 – Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (nota 14)	-	-	-	(5.206)
Adições- IFRS 16 – Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (nota 14)	-	-	-	384

25 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.